



PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EMERGENCIAL (PGTA-e) DA ALDEIA NAÔ XOHÃ

**Povos Pataxó
e Pataxó Hã-hã-hãe
Minas Gerais - Brasil**

Abril de 2022



PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EMERGENCIAL (PGTA-e) DA ALDEIA NAÔ XOHÃ

**Povos Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe
Minas Gerais - Brasil**

Abril de 2022



Ficha Técnica

Autoria

Toda a comunidade Indígena da aldeia Naô Xohã.

Lideranças: Cacique Arakuã, Vice-cacique Sucupira, Ariomã, Tehé, Tanara, Juari, Sarã, Criomar e Mariene.

Toda a comunidade Indígena do tronco de Sr. Gervásio e Dona Antônia.

Lideranças: Tahhão, Junio e Kenya.

Organização e edição

Equipe Assessoria Técnica Independente (ATI-INSEA)

Equipe INSEA: Anari Braz Bonfim, Júlio César Silva Noronha (Feijão), Guilherme Lara Camargos Tampieri, Jessica Luiza Pereira de Almeida, Leonídia Emanuela Barboza, Leticia Rodrigues Gonçalves, Luana Fowler Fatori, Marcelo Fernando de Souza, Pedro Henrique Moreira, Rosemeire Pereira, Tainá Faustino Mafra, Vinicius J. R. F. Santos.

Apoio e Revisão

Anari Braz Bonfim, Guilherme Lara Camargos Tampieri, Jessica Luiza Pereira de Almeida, Luana Fowler Fatori, Pedro Henrique Moreira, Rosemeire Pereira, Tainá Faustino Mafra, Vinicius J. R. F. Santos.

Elaboração dos mapas

Sônia Carvalho Ribeiro

Anacleto Marito Diogo

Diagramação

PoPu Design

SUMÁRIO

PARTE I - Os Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe	5
1. Apresentação do PGTA-e da aldeia indígena Naô Xohã	5
1.1 Nosso caminho até aqui	6
1.2 Linha do Tempo	7
1.3 Nossas famílias e a organização da comunidade da aldeia Naô Xohã	7
1.4 A vida e a luta na cidade: O Tronco de Seu Gervásio e Dona Antônia	9
1.5 O que é um PGTA-e?	10
1.6 Objetivos do PGTA-e	11
1.7 Por que é importante fazer um Plano de Gestão, ainda que emergencial?	12
1.8 Como foi feito nosso PGTA-e?	13
1.8.1 Oficina de saúde	14
1.8.2 Oficina de etnomapeamento	15
1.8.3 Oficina de jogos / desenhos	15
1.8.4 Oficinas do Protocolo de Consulta	16
1.8.5 Oficina do calendário sazonal	17
PARTE II - Gestão Territorial e Ambiental	18
2.1 Compreendendo a comunidade da aldeia Naô Xohã, seu território e o entorno	18
2.2 O rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale em Brumadinho, a morte do Rio Paraopeba e a fissura criada na aldeia Naô Xohã	21
2.3 O legado do rompimento: contaminação do rio, da terra e da aldeia	22
2.4 Cultura e espiritualidade	26
2.5 Saúde	27
2.6 Patxohã vivo em Naô Xohã	28
2.7 Roças e quintais, caça e pesca	30
2.8 Casa de farinha	32
2.9 Desenvolvimento territorial e geração renda, mas não a qualquer custo	32
2.9.1 Etnoturismo	32
2.9.2 Artesanato e etnojoias	33
2.10 Parcerias, participação em Conselhos e atuação nas esferas de Governo	34
2.11 A luta e o acesso - e direito - à Justiça	35
3. Referências bibliográficas	37

LISTA DE SIGLAS

ANA

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

APIB

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APOINME

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

ATI

Assessoria Técnica Independente

DPU

Defensoria Pública da União

EPI

Equipamentos de Proteção Individual

FUNAI

Fundação Nacional do Índio

IGAM

Instituto Mineiro de Gestão das Águas

INSEA

Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

MPF

Ministério Público Federal

PGTA

Plano de Gestão Territorial e Ambiental

SIG

Sistema de Informação Geográficas

SPI

Serviço de Proteção aos Índios

TAP-E

Termo de Ajuste Preliminar Extrajudicial

UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

UHE

Usina Hidrelétrica

PNGATI

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas



PARTE I

Os Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe

1. Apresentação do PGTA-e da aldeia indígena Naô Xohã

Naô Xohã é um sonho, um plano. Naô Xohã é vida, é nossa vida. Naô Xohã é conquista, é nossa conquista. Naô Xohã é retomada do passado, é presente, é possibilidade de futuro.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é parte de todo esse sonho. Ele sendo emergencial ou não. Tínhamos, e temos, um plano para Naô Xohã, há muitos anos. Em 2016, planejamos a criação da aldeia, que teria um rio - o kekatxã¹, árvores, hortas, quintais, escola, casas, centro cultural e outros espaços para que nossa aldeia fosse uma referência em Minas Gerais. Nesse plano, consideramos a conquista do território, a boa saúde, a educação, o trabalho, o desenvolvimento respeitando o meio ambiente, a garantia e a defesa da cultura Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe.

Naô Xohã era o território da união entre povos, da conexão entre água, terra e ar, da natureza e do homem como um só corpo, do passado, presente e futuro.

Fomos, e somos, vítimas da ganância, do desrespeito com o meio ambiente, com a mãe Terra, com o sagrado, com a vida humana. Naô Xohã era tudo isso. Naô Xohã foi destruída pela ambição da mineração. Naô Xohã viu um rio ser assassinado.

Nossos antigos lutaram para chegar onde chegamos. E nós aprendemos com eles, e continuamos a aprender. Por isso, vamos vencer essa luta. Vamos retomar o plano de Naô Xohã. O PGTA-e que pensamos, e colocamos em prática no nosso cotidiano, é uma forma de mostrar como nos organizamos social e territorialmente, de contar nossa história antes, durante e após o rompimento de barragem da Vale, de denunciar as violações de direitos que estamos sofrendo ao longo dos anos. O PGTA-e é também um grito de esperança, é instrumento de luta, é chamada para parceiros e parceiras contribuírem conosco, é conquista. É nossa conquista!

*Cacique Arakuã,
Vice-cacique Sucupira
e lideranças da comunidade
da aldeia Naô Xohã*

1.1 Nosso caminho até aqui

Temos nossos troncos de origem – isto é, nossas famílias extensas e parentais – em aldeias distribuídas no Sul e extremo Sul da Bahia. A história do nosso povo foi e é definida por momentos de luta, dentre eles um que ficou na memória dos anciões: o episódio conhecido como o “Fogo de 51”.

O Fogo de 51 foi uma tragédia-crime ocorrida em 1951, na aldeia-mãe Barra Velha, na Bahia, em que quase toda a aldeia foi incendiada. Os Pataxó que ali moravam foram acusados de crimes que não cometeram e depois espancados, chicoteados, torturados e alguns foram mortos pela polícia local. Segundo historiadores, o cacique, então com 85 anos, foi surrado e preso mesmo quando já se sabia que os responsáveis pelos crimes eram homens brancos e estelionatários. O Fogo de 51 é um triste episódio na história do nosso povo e que trouxe também um grande desaldeamento dos Pataxó.

Não foi diferente para os Pataxó Hã-hã-hãe que, forçadamente, foram retirados dos seus modos de vida tradicionais e agrupados a distintas nações indígenas (Kariri-Sapuyá, Camacan, Tupinambá, Gueren, Baenã, Hã-hã-hãe e Pataxó) para viverem juntos e confinados numa reserva. Criada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1926, o território Caramuru Catarina Paraguaçu, está na divisa dos municípios de Pau Brasil, Itaju do Colônia e Camacan. Com a criação da Reserva, nosso povo passou a ser perseguido por fazendeiros, latifundiários e só após 30 anos de luta, com a perda de um dos nossos grandes líderes, Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, conseguimos a conquista do território.

Nossa vinda para o território de Naô Xohã, no município de São Joaquim de Bicas, foi motivada, em muito, pelo assassinato de nossos parentes, em Belo Horizonte, e pelas perseguições que sofríamos para vender nossos artesanatos no centro da cidade. Nossa história evidencia a violência e preconceito que sofremos há séculos e que perdura até os dias atuais.

Nós, Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, compartilhamos a consciência e o uso da cultura, reproduzindo nossa tradição, seja pela valorização da língua deixada pelos ancestrais, hoje fortalecida através do patxohã, pertencente ao tronco linguístico Macro-jê, seja pelo nosso modo de reprodução de vida e de subsistência por meio da venda de artesanato e etnojoias, da agricultura, pesca, etnoturismo e outras atividades, seja pela nossa organização sociopolítica, designando nossos próprios porta-vozes.



Figura 1. Lideranças de Naô Xohã. a) Cacique Arakuã e sua esposa Kayenã. b) Vice-cacique Sucupira. c) Tanara. d) Ariomã. e) Sarã e sua esposa Maria f) Tehé Pataxó. Crédito: ATI/INSEA.

1.2 Linha do Tempo



Plantas e animais domésticos apresentam má formação pós-rompimento; Etnoturismo e venda de artesanatos passam a não mais existir na aldeia; aparecimento de doenças de pele, respiratórias, diarreia. Aparecimento de espécies sinantrópicas, tais como carrapatos, bicho-de-pé, barata e rato. Comprometimento dos recursos da biodiversidade local na alimentação tradicional. Impossibilidade de cultivar roças e quintais pelo receio de contaminação. Impossibilidade da realização de rituais e do awe pelo receio da contaminação.

Figura 2. Linha do tempo da trajetória de Naô Xohã.

1.3 Nossas famílias e a organização da comunidade da aldeia Naô Xohã

Somos a comunidade Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe da Aldeia Naô Xohã e tronco de Sr. Gervásio e Dona Antônia. Somos originários das aldeias Barra Velha, Boca da Mata, Mata Medonha, Coroa Vermelha (BA) e Imbiruçu (MG). Todos nós somos filhos da Aldeia Naô Xohã que fica à beira do rio Paraopeba, no município de São Joaquim de Bicas (MG). É parte da nossa tradição e do nosso costume a circulação e trânsito entre Aldeias de nossos parentes, seja para nossos batizados, para dançar o Awê, para socializar, produzir e comprar artesanatos e etnojoias.



Figura 3. Esquema da aldeia Naô Xohã idealizado pelas lideranças. Crédito: Tehé Pataxó.

Nos organizamos com o auxílio do nosso Cacique e do Vice-Cacique, que possuem um corpo de lideranças formado por representantes de núcleos familiares que possuem como referência a aldeia Naô Xohã. O Cacique e o Vice-Cacique são os porta-vozes da comunidade. Na ausência do Cacique, o Vice-cacique assume as funções na aldeia, apoiado pelo corpo de lideranças e pela comunidade. É desta forma, que tradicionalmente nós nos organizamos e é como queremos ser respeitados.

Além desses representantes, nós nos consultamos com as lideranças mais velhas dos nossos Troncos de origem, pois eles(as) nos ajudam com a sabedoria da experiência e com o conhecimento tradicional. É muito importante para nós, que nossos(as) filhos(as) tenham direito ao bem viver, que possam se formar em novas lideranças, que possam aprender como preservar a natureza, que se fortaleçam com o sagrado através dos Encantados e que mantenham viva a nossa cultura.

1.4 A vida e a luta na cidade: O Tronco de Seu Gervásio e Dona Antônia



Figura 4. Sr. Gervásio e D. Antônia e lideranças: Junio, Tahhã e Kenya. Crédito: Arquivo-ATI

Com todos os impactos causados pelo rompimento da barragem da Vale, a comunidade se viu forçada a sair do território da aldeia Naô Xohã e a se instalar provisoriamente em centros urbanos. É o nosso caso, pertencentes ao Tronco de nossos anciões, Gervásio e Antônia. Moramos em Belo Horizonte e em outros municípios de Minas Gerais. Aqui na cidade, também temos nossa autonomia e forma de organização.

Apesar de estarmos no centro urbano, além de termos sofrido os danos causados pelo rompimento da barragem da Vale, também enfrentamos os problemas cotidianos das grandes cidades: mobilidade urbana, poluição, alimentação fora dos nossos costumes, entre outros. Além destes, passamos por episódios constantes de preconceito, tivemos nossos planos de vida na aldeia Naô Xohã interrompidos. Ainda que a luta seja árdua, desejamos retornar para o território, onde poderemos praticar nossa cultura, exercitar e manter as tradições vivas, passando-as às gerações vindouras.

Ainda que estejamos nas cidades, o território da Aldeia Naô Xohã continua sendo nossa referência para a identidade coletiva Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe do nosso Tronco.

Tahhã, Junio, Kenia.

1.5 O que é um PGTA-e?

A partir da criação de uma legislação específica² para a gestão territorial em Terras Indígenas, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) passam a ser uma ferramenta para fortalecimento da gestão, organização social dos povos indígenas, dos modos tradicionais de ocupação e manejo dos territórios, procurando, também, orientar a demanda por geração de renda. Isso porque as pressões externas de modelos predatórios de uso e ocupação do solo modificam profundamente como nós, povos indígenas, nos relacionamos com nosso meio, incluindo a natureza, que faz parte de nós, e a sociedade não indígena.

Decidimos construir nosso PGTA-e³ diante da emergência da situação que vivemos, desejando que ele possa ser implementado onde estivermos. Nosso sonho é garantir um território que possa dar condições dignas para o bem-viver do nosso Povo. O PGTA-e também é importante para dar visibilidade a nossa cultura e forma de organização.



Figura 5. Etnomapeamento do território Naô Xohã evidenciando as espécies de fauna e flora que compõem a paisagem local. Junho de 2021. Crédito: ATI/INSEA.

² Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

³ O “e”, em PGTA-e, vem de “Emergencial”.

1.6 Objetivos do PGTA-e

OBJETIVO GERAL:

Contribuir com a gestão e organização territorial da Aldeia Naô Xohã no contexto pós rompimento da barragem da Vale, em 2019.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Indicar a importância do PGTA para a retrospectiva da situação da Aldeia Naô Xohã e estabelecimento de novos planos;
2. Contar breve história do Povo Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe da aldeia Naô Xohã, descrevendo suas origens e sua luta por territórios e direitos;
3. Identificar e caracterizar a gestão e organização territorial da Aldeia Naô Xohã pós rompimento da barragem em 2019;
4. Relatar nossa organização sociopolítica e territorial, mostrando à sociedade não indígena e aos parentes como a Aldeia Naô Xohã foi uma conquista do Povo Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe;
5. Denunciar as inúmeras violações de direitos que sofremos desde o rompimento da barragem em Brumadinho, em 2019;
6. Caracterizar e ilustrar como está o nosso território no aspecto fundiário e a nossa luta por terra nos últimos anos;
7. Registrar como nós, Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, valorizamos e potencializamos as ações na perspectiva socioambiental;
8. Subsidiar parceiros, entre, Poder Público, Instituições de Justiça, sociedade civil, empresas e outras comunidades tradicionais e indígenas, acerca da organização de nossa comunidade.

1.7 Por que é importante fazer um Plano de Gestão, ainda que emergencial?



Figura 6. Etnomapeamento de Naô Xohã realizado junto às lideranças de Naô Xohã com apoio da ATI/INSEA e UFMG. Setembro de 2021. Crédito: Arquivo ATI

Este é um instrumento para mostrar como nos organizamos em nosso território e como planejamos ocupá-lo. Também é uma ferramenta de diálogo com nossos parceiros e de denúncia das inúmeras violações de direitos que nossa comunidade vem sofrendo desde o dia 25 de janeiro de 2019 até o atual momento.

A elaboração do PGTA-e foi iniciada em meados de 2021, pois precisávamos de um instrumento de orientação e gestão do nosso território, após termos sido vítimas da tragédia-crime do rompimento da barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho, no dia 25 de janeiro de 2019. Em memória das vítimas, relembramos que, imediatamente, 272 vidas humanas foram perdidas. O Rio Paraopeba, nosso Txopai, também foi vítima desse trágico e criminoso episódio da história social e ambiental do nosso país.

Durante a fase de elaboração do PGTA, fomos assolados pelas consequências das fortes chuvas de janeiro de 2022. Dentre elas, a enchente do Rio Paraopeba, que invadiu nossas casas, posto de saúde, banheiros e outros espaços da aldeia. Por causa do rompimento em 2019, o rio que entrou dentro de nossas casas, infelizmente, diferentemente de outras enchentes do passado recente e distante, neste último caso, sobre as quais temos conhecimento a partir de trocas com parceiros locais, trouxe consigo lama e metais pesados que estavam acumulados em seu fundo e leito.

Na situação em que nos encontramos, esse PGTA-e aponta para caminhos possíveis na solução de desafios e problemas enfrentados pela comunidade da aldeia Naô Xohã, no sentido de assegurar e promover nossos modos de vida, mantendo viva a cultura indígena do nosso povo no território.

Por fim, estamos fazendo este documento para que nossas futuras gerações, nossos filhos e filhas, netos e netas, nunca se esqueçam por onde passamos, quem somos e o que queremos para o nosso povo.

1.8 Como foi feito nosso PGTA-e?

O PGTA-e é resultado de um processo coletivo de aprendizados, trocas e acúmulos durante oito meses, dos quais participaram kakusús⁴ e jokanas⁵ Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe da aldeia Naô Xohã. Todas as etapas estão detalhadas a seguir, para que possamos nos lembrar dos nossos passos e, também, inspirar nossos parentes a trilharem caminhos semelhantes em busca de seus direitos.

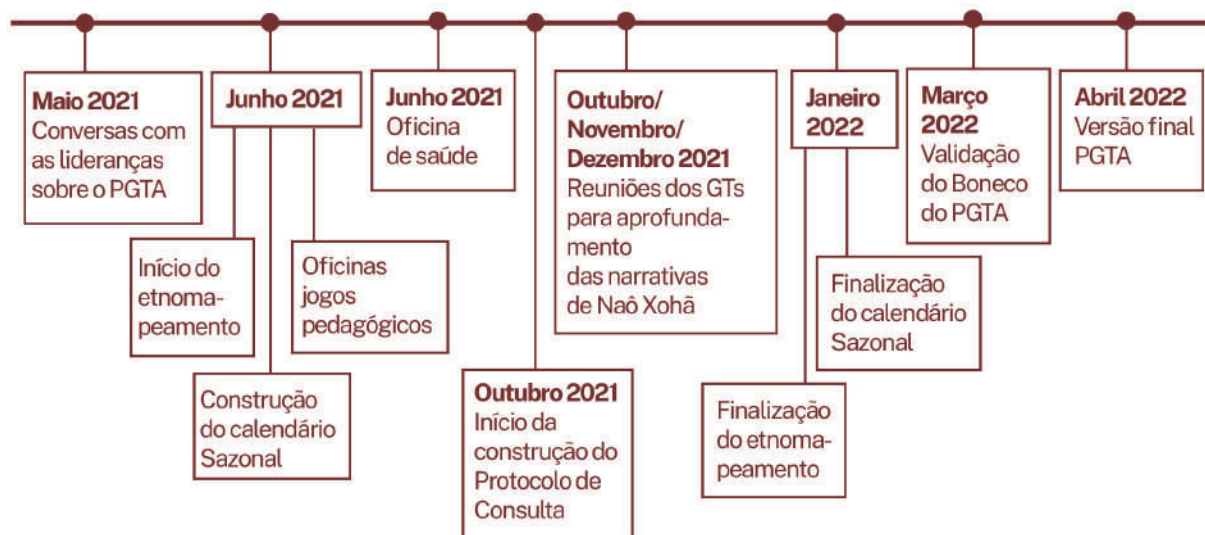


Figura 7. Linha-do-tempo da construção do PGTA-E de Naô Xohã.

Foram realizadas oficinas com metodologias participativas, com o apoio da nossa Assessoria Técnica Independente (ATI-INSEA), onde a comunidade e as lideranças refletiram sobre o passado, presente e o futuro da nossa aldeia, em diversas áreas temáticas que se complementam: território, saúde, educação, espiritual, fauna e flora, produção e comercialização de artesanatos, etnoturismo, entre outras tantas que vieram das histórias que contamos durante esse processo. Após a sistematização das informações e dos dados, estes foram dialogados, ajustados e, por fim, validados junto à nossa comunidade.



4 Kakusu: homem na língua Patxohã.

5 Jokana: mulher na língua Patxohã.



1.8.1 Oficina de saúde

Para realização da oficina de saúde, foi utilizada uma metodologia baseada no Diagnóstico Rápido Participativo, conhecido como Diagrama de Venn. Foram utilizadas pequenas bolas de cartolina colorida para anotar as demandas de saúde trazidas pela comunidade e grandes bolas de cartolina colorida para identificar os principais atores de saúde com os quais a comunidade se relaciona.

A oficina consistiu no levantamento das demandas de saúde, para isso foram utilizadas perguntas disparadoras, como forma de avaliar a situação da saúde da comunidade. As demandas levantadas foram anotadas nas bolas menores. No segundo momento da oficina a comunidade relacionou as demandas constantes nas pequenas bolas aos atores de saúde responsáveis (grandes bolas).



Figura 8. Oficina de saúde com as lideranças e comunidade da aldeia Naô Xohã (Julho 2021).
Crédito: ATI



1.8.2 Oficina de etnomapeamento

Para realização do etnomapeamento foi usada como base metodológica a cartografia social, trazendo como centralidade a compreensão da comunidade sobre o território, combinando técnicas de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e o conhecimento tradicional. Também foram realizadas turnês-guiadas pelo território com a presença das lideranças da aldeia, juntamente com professores e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais.

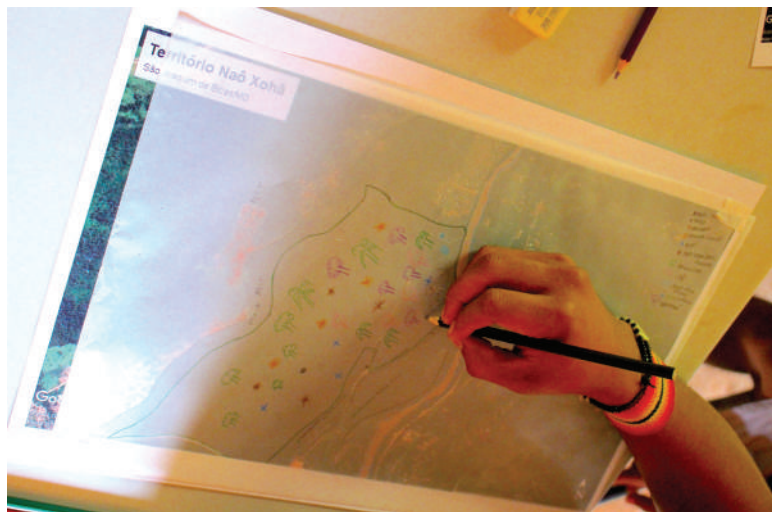


Figura 9. Oficina de etnomapeamento com as lideranças da aldeia Naô Xohã (Junho 2021). Crédito: Arquivo ATI



1.8.3 Oficina de jogos / desenhos

Para oficina de criação de jogos pedagógicos, utilizamos o mapa do território, considerando seu uso e os conhecimentos tradicionais. Esta atividade foi realizada de maneira interativa e colaborativa, para que os alunos da nossa escola pudessem valorizar a sua língua-mãe, o Patxohã, e retomando a memória e os conhecimentos tradicionais.



Figura 10: Oficina de Jogos Pedagógicos. Crédito: Arquivo ATI.

Reuniões dos GTs (contação de histórias)

Realizamos rodas de conversas entre as lideranças e a comunidade, sobre a trajetória de Naô Xohã, desde quando pensamos e realizamos esse território, como vivíamos antes do rompimento da barragem e pós-rompimento.



Figura 11. Contação de histórias sobre os planos de vida para a aldeia Naô Xohã antes do rompimento da barragem da Vale (Novembro 2021). Crédito: Arquivo ATI



1.8.4 Oficinas do Protocolo de Consulta

A consulta livre, prévia e informada é um direito previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Decreto N° 5.051, de 19 de abril de 2004, da qual o Brasil é signatário. Para elaboração do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do nosso Povo, realizamos Assembleias entre lideranças e a comunidade com o objetivo de construir um documento, que retomasse nossa história para fortalecimento da nossa organização e tomada de decisões.

Nosso Protocolo de Consulta mostra o caminho e as regras a serem seguidas para a realização dos diálogos entre agentes externos à nossa comunidade e a nós, povo da aldeia Naô Xohã. O direito à consulta é um instrumento para o fortalecimento da diversidade e autonomia dos povos. A consulta é obrigatória e o Protocolo são as regras que nós estabelecemos. Exigimos que a lei seja cumprida e exigimos ser consultados!



Figura 12. Lideranças de Naô Xohã e tronco do Sr. Gervásio em Assembleia Geral para construção do Protocolo de Consulta (Outubro 2021) Crédito: Arquivo ATI



1.8.5 Oficina do calendário sazonal

A intenção da oficina foi registrar a percepção da sazonalidade por nosso Povo no território de Naô Xohã, ao longo do ciclo anual. Os tempos das plantas, animais, agricultura e a dinâmica do Rio Paraopeba.



Figura 13. Oficina para construção do Calendário Sazonal da aldeia Naô Xohã junto às lideranças e comunidade (Junho 2021). Crédito: Arquivo ATI

PARTE II

Gestão Territorial e Ambiental

2.1 Compreendendo a comunidade da aldeia Naô Xohã, seu território e o entorno

Contam os anciãos que, antes da invasão europeia, nossos antepassados deslocavam-se pelos grandes rios, realizando migrações em massa, nas quais tiravam muitos peixes e faziam agricultura itinerante, com espécies de ciclo curto. Por isso, nossos territórios sempre estão próximos a estes rios, onde podemos realizar nossos rituais, transmitir nossas tradições às próximas gerações e garantir e promover a cultura indígena.

O território da aldeia Naô Xohã, fundada em 02 de novembro de 2017, tem aproximadamente 300 hectares, com uma grande área de proteção ambiental composta por Mata Atlântica e manchas de Cerrado e o rio Paraopeba à frente.

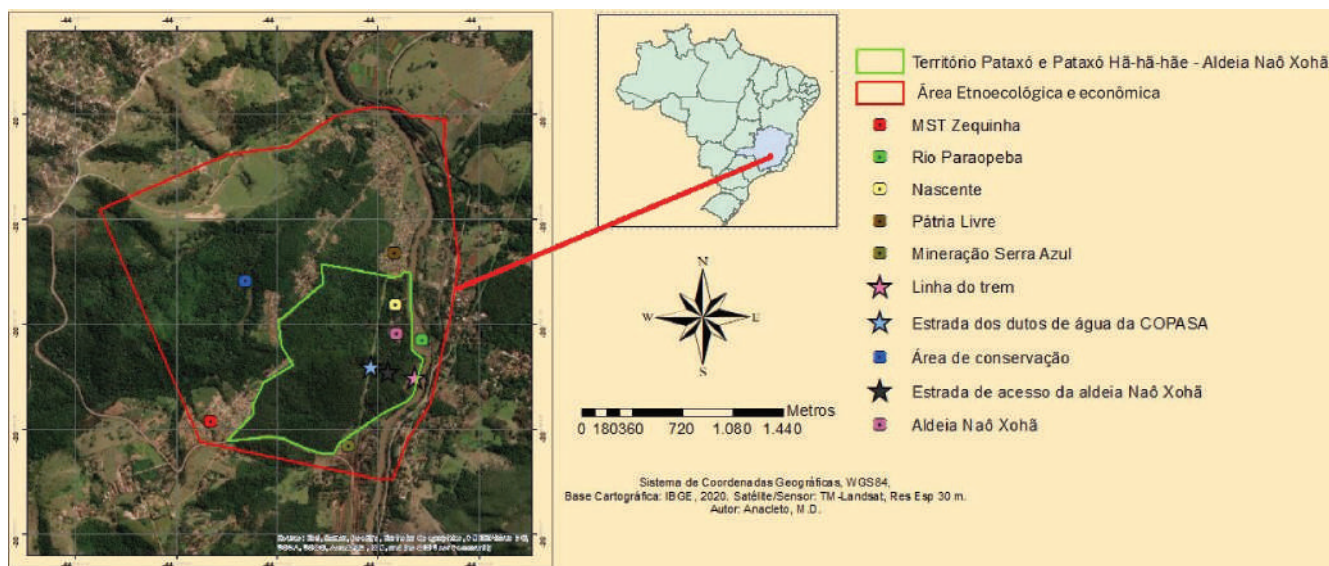


Figura 14. Mapa do território da aldeia Naô Xohã. Elaboração: Anacleto Marito Diogo (UFMG).

É assim, como na imagem acima, que enxergamos e vivenciamos o território de Naô Xohã, a forma de uso e ocupação do território de maneira tradicional. Quando aqui chegamos, o rio representava grande fartura. Quando queríamos pescar, era só jogar o anzol ou, à noite, a gente *faxeava*⁶. Tínhamos caça e também pequenas tartaruguinhas que tomavam sol nas pedras, entretendo nossas crianças. Temos a presença de animais silvestres como o lobo guarã, onça, jaguatirica, bugio, serpentes, tucano, capivara e paca. Agora, pós-rompimento da barragem, vemos cada vez menos a presença de animais, principalmente aves aquáticas, peixes e demais animais que vinham beber água no Rio.



Figura 15. Crianças Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe da aldeia Naô Xohã. Crédito: ATI/INSEA

Tomávamos banhos diariamente, brincávamos e socializávamos à beira-rio e dentro dele. Cultuávamos Txopai, juntamente com as crianças, que são nosso legado, nossa esperança de manter viva nossa cultura e cosmovisão. Na aldeia elas já foram totalmente livres, brincavam onde queriam e comiam frutas, do pé e as que caíam.



Figura 16. Cacique Arakuã e sua esposa Kayenã junto com a liderança Tanara as margens do Rio Paraopeba. Crédito: ATI/INSEA

Nossa relação com Txopai

O povo Pataxó surgiu das águas. De um pingo de chuva surgiu o primeiro Pataxó, Txopai. Ele é quem transmitiu todo o conhecimento, através de rituais, para a nação Pataxó, e assim foram repassados os saberes de geração em geração.

Por isso, todos os anos realizamos a Festa das Águas, para celebrar nossa cosmovisão e nosso Txopai. Com o rompimento da barragem da Vale, deixamos de realizar nosso ritual, pois as águas do Paraopeba se encontram contaminadas pela lama de rejeitos da barragem rompida.

Nossas jokanas se organizavam para realizar reuniões periódicas para trocas de experiências com as jokanas mais velhas, onde podiam aprender mais da nossa cultura, potencializando a passagem de conhecimento para as jokanas mais novas. Antes do rompimento, eram

6 Forma tradicional de pescaria.

cotidianos os momentos de socialização e troca de saberes, tendo o rio como nosso berço, parte da nossa cultura, de nós mesmas.

Tínhamos, e temos, o desejo de criar nossa associação de jokanas para produzirmos farinha, biscoitos e compotas, assim como promover a venda de nossos artesanatos, gerando renda em nosso próprio território.



Figura 17. Mulheres indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe durante manifestação. Janeiro 2022.
Crédito: ATI/INSEA



Dificuldades e desafios:

As atividades minerárias na região são intensas, nos impactam, acometem o entorno, poluem e assoreiam o Rio Paraopeba e as nascentes próximas. Atualmente a maior dificuldade é o território ter sido atingido por duas vezes pela mineração. Na primeira com o rompimento da barragem de rejeitos e agora, com a enchente do rio que invadiu a aldeia, trazendo essa lama para dentro de nossas casas.

O maior desafio que enfrentamos é o dolorido, moroso e complexo caminho até a reparação integral justa, com a empresa Vale cumprindo com sua obrigação na realocação para um território condizente com nossos modos tradicionais de vida, uma vez que nossos sonhos foram completamente ceifados com a tragédia-crime de 25 de janeiro de 2019.

Com o rompimento da barragem, veio a cerca, que fechou o acesso da aldeia para o rio, assim as crianças que viviam em sua beira, deixaram de frequentá-lo, ficando limitadas aos quintais e banhos de caixa d'água, em total choque com a nossa cultura.

2.2 O rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale em Brumadinho, a morte do Rio Paraopeba e a fissura criada na aldeia Naô Xohã

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem B1, da Mina Córrego do Feijão, sob responsabilidade da Vale, se rompeu, esparramando rejeitos da mineração em toda a calha do rio Paraopeba, passando e atingindo a aldeia Naô Xohã.

Assistimos a chegada da lama com peixes pulando, sufocados pela falta de oxigênio. Vimos restos de animais, mobílias e equipamentos de proteção individual (EPI) usados por trabalhadores. Foi muito traumático assistir a destruição que o rompimento provocou.



Figura 18. Imagem aérea do rompimento da barragem da Vale. Crédito: Fernanda Ligabue/ Greenpeace



Figura 19 Rio Paraopeba logo após o rompimento da barragem. Crédito das fotos: Fernanda Ligabue/Greenpeace

Desde então, estamos enfrentando um moroso, complexo e dolorido processo de reparação integral. Logo após o ocorrido, fomos muito assediados por funcionários da Vale e jornalistas. Os funcionários da Vale pressionaram nossas lideranças para fazer uma lista de nomes. Os nomes serviram para construir o TAP-E (Termo de Ajustamento Preliminar Extrajudicial, firmado entre as Instituições de Justiça, Vale e Comunidade Indígena, com interveniência da FUNAI) e com isso, muitas famílias que estavam na Bahia, por conta da nossa dinâmica de venda de artesanatos, não foram contempladas, assim como pessoas que estavam dentro da aldeia foram impedidas de serem reconhecidas como atingidas.

Toda essa confusão, em meio a tragédia da morte do Rio, afetou nossas relações sociais, gerando profundas rupturas em toda a comunidade indígena que residia na aldeia Naô Xohã.



Dificuldades e desafios:

O processo de reparação exige que nosso povo esteja sempre presente em reuniões. Elas são frequentes e longas, o que nos deixa esgotados física e mentalmente. Além de impactar diretamente nossas atividades cotidianas, pois temos que participar delas, em dias úteis e horário comercial, e tomar decisões, muitas vezes deixamos de lado nossas práticas tradicionais diárias. É um processo extremamente desgastante.

2.3 O legado do rompimento: contaminação do rio, da terra e da aldeia

Além do que já mencionamos, é preciso conviver cotidianamente com a contaminação advinda do rompimento da barragem. Em 2020, A SOS Mata Atlântica⁷ fez um relatório sobre as condições da água no Rio Paraopeba, e os indicadores de qualidade da água revelaram que ela não tinha condições para qualquer que fosse o uso. No trecho do rio Paraopeba entre Brumadinho e São Joaquim de Bicas, onde se encontra nossa aldeia, o relatório apontou que não há condições para a vida aquática.

Os metais pesados presentes na água apresentaram-se em desconformidade, com valores muito superiores aos que estabelece a legislação: o Ferro apresentou valores 15 vezes superiores ao permitido, o Cobre 44 vezes, o Manganês 14 vezes e o Sulfeto 211 vezes.

O ferro em níveis acima do permitido coloca em risco a saúde humana, organismos vivos e ecossistemas. O cobre pode prejudicar os rins, comprometer a produção de urina e causar anemia devido à destruição de glóbulos vermelhos (hemólise). O Manganês pode nos trazer rigidez muscular, tremores das mãos e fraqueza.

⁷ SOS MATA ATLÂNTICA. 2020. Observando os Rios. O retrato da qualidade da água nas bacias dos Rios Paraopeba e Alto São Francisco um ano após o rompimento da barragem Córrego do Feijão - Minas Gerais.



Figura 20 e 21. Rio Paraopeba em frente ao território de Naô Xohã pós-rompimento. Foto: ATI/ INSEA

Esses metais pesados são reconhecidos como poluentes severos e podem causar inúmeros danos aos organismos, desde interferir no metabolismo, promover mutações e morte. Podem, ainda, serem absorvidos pelos seres vivos (como os peixes, aves e mamíferos), biocumulando, gerando uma cadeia de toxicidade para diferentes espécies.

Outro importante relatório, feito pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas⁸ (Igam), em janeiro de 2022, abordou a qualidade do Rio Paraopeba. A recomendação do documento é de não usar a água bruta do Rio Paraopeba para nenhuma atividade. Constatou-se também que os parâmetros: alumínio dissolvido, turbidez, manganês total e ferro dissolvido, apresentaram valores superiores ao limite legal estabelecido.

O Igam fez essa recomendação desde o rompimento da barragem, como medida preventiva, no trecho que abrange os municípios de Brumadinho até o limite da Usina Hidrelétrica (UHE) Retiro de Baixo em Pompêu (aproximadamente 250 km de distância do local em que ocorreu o rompimento). A recomendação se mantém até os dias atuais.



Dificuldades e desafios:

No período das chuvas, os rejeitos que estão depositados no sedimento de fundo e no leito do Rio Paraopeba se movimentam e são carregados novamente pela correnteza, o que aumenta os riscos de contaminação por metais pesados.



AS CHUVAS DE 2022:
a culpa não é do rio Paraopeba,
é da mineração!

Figura 22. Vice-cacique Sucupira na aldeia Naô Xohã durante a enchente do Rio Paraopeba em 2022. Crédito: Washington Alves/Reuters

Em janeiro de 2022, chuvas fortes caíram em toda Minas Gerais, incluindo a região onde está a aldeia Naô Xohã. Com isso, o Rio Paraopeba atingiu níveis muito acima da média, sendo o maior volume histórico de chuva acumulada, desde novembro de 1971, segundo dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. A enchente chegou em nossas casas e quintais. Toda água e lama contaminada por rejeitos da mineração estão agora dentro de Naô Xohã, colocando em risco cotidiano nossas crianças, jôkanas, os mais velhos, nossos animais e toda forma de vida na aldeia.

Logo que a água começou a subir e atingir as casas, acionamos a Defesa Civil, e de Naô Xohã fomos levados de barco pelo Corpo de Bombeiros, e então passamos mais de 15 dias em uma escola no município de São Joaquim de Bicas.



Figura 23. Indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe na escola municipal de São Joaquim de Bicas após remoção da aldeia durante o período das enchentes em janeiro de 2022. Crédito: Washington Alves/Reuters

Ao baixar o nível da água, o que ficou foi a lama. E não é lama como a gente conhece. Ela é dura, pesada e difícil de remover. Temos convicção de que é proveniente dos rejeitos da barragem da empresa Vale e, por isso, contém todos os metais pesados mencionados nos relatórios do IGAM e SOS Mata Atlântica, o que coloca em risco a nossa saúde e a de nossas crianças. E se já era difícil praticar agricultura para nossa subsistência após o rompimento da Vale, com a lama no solo se tornou inviável e extremamente perigoso.

Durante o período que estivemos fora da aldeia, tentamos dialogar com a Vale e mostramos que era impossível permanecer no território devido aos riscos de contaminação por metais pesados. A Vale se recusou a nos realocar e afirmou categoricamente que a lama não estava contaminada e que não haveria risco algum em retornarmos para a aldeia.

A mineradora mandou nossos kitokes⁹ e kitokirrê¹⁰, nossas jokanas e kakusús, para a lama, assim como fez e faz com todos os atingidos que estão sofrendo com as consequências das enchentes de janeiro de 2022. Agora somos atingidos novamente pela lama de rejeitos e a Vale se nega em reconhecer sua responsabilidade nessa história.



Dificuldades e desafios:

Análises realizadas da água do Rio Paraopeba, em frente a aldeia Naô Xohã em janeiro de 2022 revelaram a **presença de Arsênio 11 vezes acima dos limites máximos permitidos pela legislação, o Ferro está 9 vezes acima, o Manganês 5 vezes e o Chumbo 11 vezes.**

Amostras de solo e lama coletadas e analisadas pelas Prefeituras de São Joaquim de Bicas, Brumadinho, Mário Campos e Juatuba, realizadas próxima a aldeia Naô Xohã (Terminal de Cargas Serra Azul e Ponte do Rio Paraopeba), demonstraram a presença elevada de metais pesados no solo e na lama da enchente, concluindo que há ligação com os rejeitos provenientes do rompimento da barragem da mineradora Vale. Tais indicadores demonstram o perigo de contaminação ao qual estamos expostos, uma vez que estes metais estão presentes na água, no solo e na lama da enchente.

Assim como nós, moradores de Brumadinho que tiveram contato com a água da enchente apresentaram feridas e caroços pelo corpo, também houve relatos de que após realizarem limpeza das casas e comércios, sintomas como diarreia, dores no corpo, febre e dor de cabeça foram apresentados.

9 meninos na língua Patxohã.

10 meninas na língua Patxohã.

2.4 Cultura e espiritualidade

Espiritualidade

Temos nossa espiritualidade dentro da nossa cultura e também a cultura cristã, do não-indígena. Na nossa cultura e cosmovisão, Niamisũ¹¹ é nosso Deus. É quem tudo criou. Já o contato com o cristianismo, veio junto às caravelas, e desde então, passamos também a seguir esta tradição como forma de conexão com o divino.



Figura 24.
Desenho de
planta medicinal
utilizada pelo
Pajê. Crédito:
Pajê Araquati.



Figura 25.
Pajê Araquati.
Crédito: ATI/
INSEA

Medicina tradicional

Para nós, a medicina tradicional é de fundamental importância. É a maneira pela qual enxergamos e tratamos as doenças. Temos o pajê (igigôbôku) que faz nossas rezas e utiliza de plantas medicinais para produção de chás e preparados em geral.

A medicina tradicional indígena deve estar dentro das políticas públicas de saúde, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal) e é um direito dos povos indígenas que deve ser respeitado e efetivado. As equipes de saúde que trabalham conosco devem respeitar nossa cultura e conhecimentos tradicionais.



Dificuldades e desafios:

Não podemos praticar de maneira efetiva nossa medicina tradicional, pois estamos impossibilitados de plantar nossos “remédios” pelo risco de contaminação, assim como não podemos praticar nosso ritual das águas.



Figura 26: Solo contaminado com a lama das enchentes e parte de plantação de milho. Janeiro de 2022. Crédito: ATI/INSEA

2.5 Saúde

O Termo de Ajustamento Preliminar Extrajudicial, em sua *cláusula 9º, parágrafo único*, garantiu que a empresa Vale contratasse uma equipe de saúde para prestar serviço de saúde à nossa comunidade. Por esse motivo, há atuação direta da empresa na questão da nossa saúde, juntamente com o Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI-MG/ES) e o município de São Joaquim de Bicas.

Desde então, passamos por incômodos relacionados ao controle das questões de saúde por parte da Vale. Diante de inúmeros problemas relacionados a este fato, como por exemplo a abertura de exames de pessoas da nossa comunidade por profissionais da Vale sem nossa autorização, nós da aldeia Naô Xohã organizamos e construímos nosso conselho local de saúde, com o objetivo de protagonizar as discussões em saúde na aldeia e garantir a participação social da nossa comunidade nos espaços, conforme determina a legislação vigente.

Lutamos para garantir que o planejamento e execução das ações de saúde sejam levados adiante com a participação social, para que retratem fielmente as necessidades da nossa comunidade.

Com o rompimento da barragem já sofremos muitos impactos na saúde, como ressecamentos na pele, coceira, diarreia e outros sintomas que são recorrentes nos atingidos. Algumas pessoas tiveram doenças crônicas agravadas, como a diabetes e a hipertensão, tanto pela mudança na alimentação quanto pelo estresse causado pelo peso de lidar com um processo tão moroso, complexo e dolorido.

O desequilíbrio causado pela lama também comprometeu a saúde de nossos animais. Tivemos que lidar com a morte de muitos deles, com filhotes que nasceram com deficiência e tudo isso nos deixa tristes, pelo amor que temos pela fauna e flora, parte da nossas vidas. Além do mais, este desequilíbrio contribuiu para o aumento de pragas como “bichos de pé”, pulgas, ratos, baratas etc., o que nos deixou mais suscetíveis a algumas doenças zoonóticas. O impacto na saúde física já vem sendo sentido, mas ainda existem impactos que só sentiremos com o tempo. A saúde mental do nosso povo foi afetada desde que recebemos a notícia do rompimento da barragem, somada às incertezas relacionadas à elevação do nível do Rio Paraopeba, a possibilidade de contaminação, o desgaste das relações na aldeia e a grande quantidade de agendas relacionadas à reparação. Tudo isso nos causa ansiedade e estresse, questões que antes desconhecíamos. Algumas pessoas tiveram episódios de crises agudas de ansiedade.

Diante destes problemas com a nossa saúde mental, muitos de nós buscamos ajuda de profissionais da equipe de saúde, porém a medida que nos foi ofertada foi a prescrição de remédios, chamados pelos profissionais de psicotrópicos. Hoje nossa comunidade consome uma grande quantidade de remédios desse tipo, nos preocupando na medida em que nos distanciamos cada vez mais da nossa medicina tradicional e, conseqüentemente, da nossa cultura. Medicalizar nosso sofrimento não tem resolvido nossos problemas, além de agravar as questões de saúde.



Dificuldades e desafios:

Alguns dos problemas que temos enfrentado ao longo destes três no campo da saúde são: (i) a presença constante e irregular da Vale no nosso território, coletando e monopolizando nossos dados primários de saúde; (ii) o controle do fluxo de saúde que a Vale tem e a barreira de acesso que se cria para nossa comunidade acessar os serviços firmados no TAP-e; (iii) a falta de acesso aos nossos dados e prontuários; e (iv) o apagamento da medicina tradicional e a medicalização do nosso sofrimento.

Atualmente, temos o desafio de garantir que nossas demandas sejam cumpridas pelos órgãos responsáveis. Algumas delas estão no nosso diagnóstico comunitário da saúde: (i) agravamentos e novas condições; (ii) saúde mental prejudicada pós rompimento e o uso de psicotrópicos; (iii) a rede de assistência à saúde ainda precisa se fortalecer, tendo como base as relações entre comunidade e órgãos de saúde; e (iv) o cumprimento das obrigações de prestação de saúde por parte da Vale.

2.6 Patxohã vivo em Naô Xohã

Tínhamos grandes planos para nossa comunidade e um dos mais importantes para nós é a prática do Patxohã, nossa língua. Quando a aldeia foi fundada, não tínhamos a escola, mas graças à sabedoria que nosso Niamisũ tem nos dado, cacique, vice-cacique e as lideranças se reuniram para discutir como trazer uma escola para o nosso povo, para a nossa comunidade. Nas escolas do homem branco não seria possível aprender nossa linguagem. Dialogamos com a Prefeitura de São Joaquim de Bicas para conseguirmos ter uma escola na nossa comunidade. Conquistamos. Dar continuidade à prática do Patxohã para as crianças, jovens e adultos foi uma conquista muito grande!



Figura 27. Crianças em atividade pedagógica na escola de Naô Xohã. Crédito: ATI/INSEA

Queríamos manter vivo o Patxohã, mas tínhamos dificuldades de ensiná-lo na nossa comunidade. Quando conquistamos a escola, nos perguntamos quem seria o professor de Patxohã. O cacique sugeriu que fosse um guerreiro da nossa comunidade. Assim o foi, para que parentes pudessem ter o apoio necessário para conhecer melhor a história do nosso próprio povo, nosso Patxohã, nossa cultura.

Por mais que o rompimento da barragem da Vale tenha rompido várias das nossas tradições, a linguagem é uma grande contribuição para o fortalecimento da nossa cultura. Nosso desejo é de que não só as crianças e jovens, mas também os adultos e mais velhos possam ir para a escola. Nosso cacique estabeleceu um dia da semana para que toda a aldeia se reunisse para aprender o Patxohã, pois todos precisam participar da preservação da nossa língua. Nós temos a nossa linguagem, praticamos o Patxohã e não vamos deixá-lo morrer.



Dificuldades e desafios:

Existe uma diferença grande entre a escola que temos e a escola que queremos. Assim há muitos desafios a serem superados para garantirmos a educação escolar indígena de qualidade. No momento, nossas crianças estão estudando numa infraestrutura provisória que construímos. O espaço possui duas salas, ainda não temos cozinha, banheiro específico para a escola, biblioteca, espaço poliesportivo, dentre outras estruturas importantes para a nossa educação. As salas esquentam muito por conta do teto de eternit e tem muita poeira, o que prejudica o aprendizado das crianças.

Hoje já não podemos mais desenvolver atividades fora do espaço da escola, pois o chão está contaminado pelos rejeitos de minérios. Entendemos que por direito, o Estado deve garantir uma infraestrutura mínima para o bom funcionamento da escola. Queremos que nossas crianças possam ter uma escola com infraestrutura adequada e uma educação escolar indígena diferenciada, intercultural, bilíngue, de qualidade, conforme é garantido aos povos indígenas nas Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.

2.7 Roças e quintais, caça e pesca

Antes do rompimento, tínhamos nossas hortas e muitos plantios nos quintais, com espécies de nosso interesse alimentar e medicinal. Também criávamos pequenos animais. Havíamos começado a abrir roçados para plantio de mandioca, na intenção de fazer farinha e outros produtos derivados, para consumo na aldeia e para geração de renda.



Figura 28 e 29 Hortas e plantios em Naô Xohã antes do rompimento da barragem. Novembro 2018.

Pescávamos à vontade no rio Paraopeba, tínhamos dezenas de espécies de peixes convivendo conosco em nossas águas e caçávamos alguns animais esporadicamente. A caça é um meio de sobrevivência, mas tem a época certa de caçar cada animal, respeitando o período de acasalamento e cria das fêmeas, assim como tem a época certa de cada espécie de peixe.

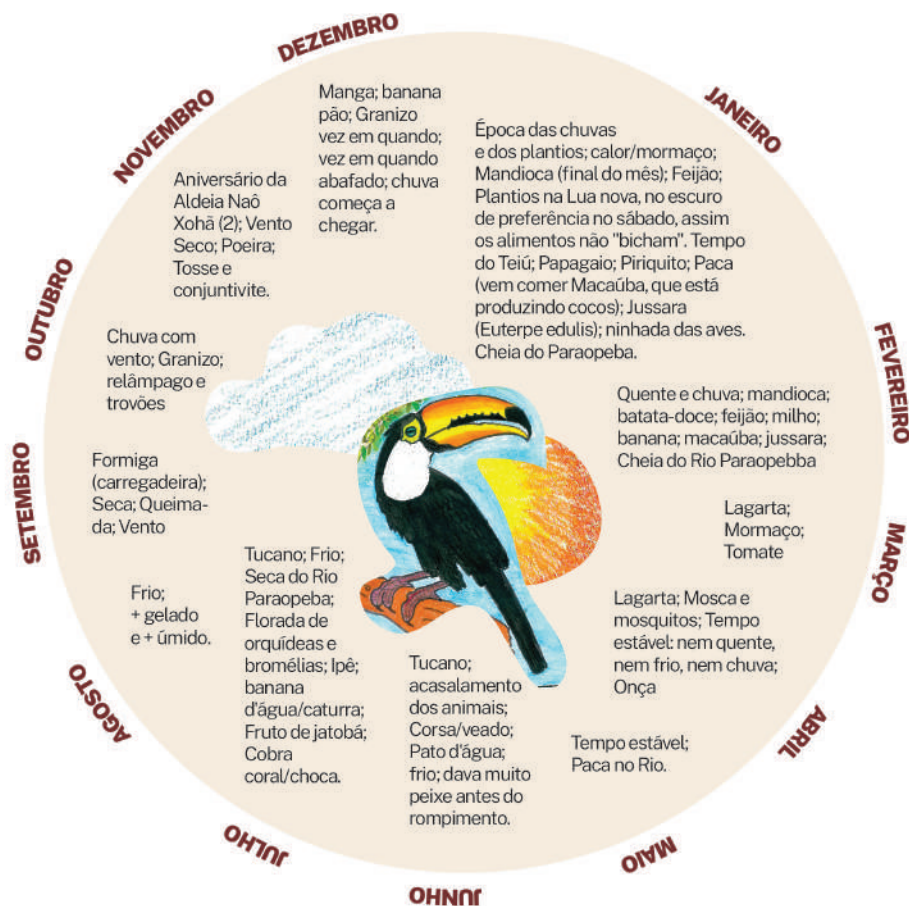


Figura 30. Calendário Sazonal

Esse é o ciclo sazonal anual que vivemos no território de Naô Xohã. O tempo dos animais, das plantas, do Rio Paraopeba e como percebemos o clima.

Após o rompimento, as plantas começaram a nascer com má formação e temos medo do solo estar contaminado por metais pesados. Não podemos ter criação de pequenos animais, pois temos medo do risco de contaminação.

Não podemos mais pescar no rio e nem caçar na região, pois os peixes e animais que sobreviveram e se reproduziram possuem metais pesados em seu organismo.



Figura 31. Peixes mortos na lama de rejeitos logo após o rompimento da barragem em Janeiro de 2019. Crédito: Fábio Barros/Agência F8/Estado do conteúdo



Dificuldades e desafios:

Vivemos uma evidente e cotidiana violação na segurança e soberania alimentar e nutricional da nossa comunidade. Desde o rompimento, a comunidade encontra-se dependente de insumos externos para ter o mângute¹², visto que nosso território não têm condições ambientais adequadas para garantir nosso mângute tradicional.

Cada dia mais, por falta de acesso à nossa tradição de caça, plantio e pesca, estamos comendo ultraprocessados com baixo valor nutricional e em quantidade insuficiente, mudando nossos hábitos alimentares. Isto tem impactos diretos na nossa cultura e saúde, pois nos deixa mais suscetíveis a desenvolver doenças crônicas como diabetes, hipertensão e desnutrição na infância.

12 Comida na língua Patxohã.

2.8 Casa de farinha

Dentro da nossa cultura, a farinha é um alimento tradicional que compõe a dieta alimentar cotidiana. Temos o sonho de construirmos uma casa de farinha, para garantir parte da nossa segurança alimentar e nutricional e para transmitir esses saberes para os mais jovens. Faremos farinha, biscoitos e bolos derivados de mandioca. Nos nossos sonhos, interrompidos pelo rompimento, ela será um espaço de socialização, onde poderemos praticar nossos hábitos culturais alimentares e de bem-viver.



Dificuldades e desafios:

A nossa maior dificuldade e desafio é ter um território em condições ambientais favoráveis, para podermos plantar nossa mandioca e produzir nossa própria farinha e alimentos tradicionais, a partir da construção da Casa de Farinha.

2.9 Desenvolvimento territorial e geração renda, mas não a qualquer custo

2.9.1 Etnoturismo

Tínhamos um plano para Naô Xohã, uma ideia de como promover o etnoturismo no território, sendo essencial para nossa comunidade para geração de renda e o bem-viver. Queríamos realizar caminhadas ecológicas, construir nosso centro cultural, realizar danças e rituais tradicionais, apresentar e servir aos visitantes nossa culinária indígena.



Figura 32. Placa de entrada para o território Pataxó e Pataxó Ha-hã-hãe Naô Xohã. Crédito: ATI/ INSEA.

Antes do rompimento, recebíamos visitantes e estudantes que vinham à aldeia para conhecer nossos modos de vida. Hoje, nem dançamos mais nosso Awê, por conta da poeira que levanta ao batermos os pés no chão. Ou seja, nossos planos para o etnoturismo foram profundamente afetados com o rompimento, assim como outras atividades de geração de renda, como a venda de artesanatos e etnojoias.



Dificuldades e desafios: Retomada do etnoturismo

Temos muitas ideias para desenvolver nosso etnoturismo, como trilhas ecológicas, apresentações culturais, culinária tradicional e Noite cultural com fogueira, nosso manguete tradicional, histórias e mitos. Queremos retomar o etnoturismo como forma de trazer mais alegria para nossa aldeia, pois desde o rompimento, nossa vida é pautada majoritariamente por reuniões e violações de direitos.

Agora, com o transbordamento do Rio Paraopeba, não vemos outra alternativa, senão mudarmos para um território que não esteja ambientalmente degradado, e no qual possamos desenvolver nossas atividades de maneira segura e de direito. Este é o nosso maior desafio, neste momento.

2.9.2 Artesanato e etnojoias

Nossos artesanatos são feitos de madeira e esse saber é transmitido pelos mais velhos. Temos nossas etnojoias que são feitas de madeira, sementes, penas e miçangas. As etnojoias de pena e miçanga são produzidas pelas jokanas da nossa comunidade e vendidas junto com as demais peças.

As peças de madeira são produzidas na Bahia, onde há matéria-prima, equipamentos e infraestrutura para isso. Para comercializá-las na aldeia, em feiras e eventos em Belo Horizonte e outros municípios, buscamos o material em aldeias Pataxó na Bahia.

O trânsito para a Bahia é também ocasião para o nosso povo trocar outras matérias-primas, principalmente penas. Temos um sonho, e objetivo, de plantar em nosso território espécies de plantas e árvores que são usadas nos nossos artesanatos, garantindo maior autonomia à nossa comunidade.



Figura 33. Etnojoias: Tiaras de pena. Crédito: ATI/INSEA



Dificuldades e desafios:

Por muitas vezes sofremos preconceito e discriminação na venda dos artesanatos nas ruas e feiras, em especial em Belo Horizonte. Temos nosso artesanato organizado e não queremos sofrer repressão por parte da Polícia Militar.

Com o rompimento da barragem da Vale, nossas vendas foram profundamente comprometidas, pois os turistas deixaram de vir à aldeia. Agora temos que fazer grandes deslocamentos se quisermos vender nosso artesanato. Soma-se a este contexto a pandemia e a situação econômica do país, afetando negativamente a nossa principal fonte de renda.

2.10 Parcerias, participação em Conselhos e atuação nas esferas de Governo:

Queremos parceiros das esferas governamentais (Municípios, Estado e União) e de organizações da sociedade civil que estejam atuando com as pautas indígenas e de direitos humanos e que queiram somar à nossa luta. A parceria deve respeitar as lideranças do nosso Povo e observar o nosso Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada.

A Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas é nossa parceira. Estamos atuando no Conselho Municipal de Saúde, para tratar das questões da comunidade indígena com o município. Temos esse desejo de participar da governança municipal, dentro daquilo que nos cabe, apoiando a criação de uma futura Secretaria Especial Indígena ou estrutura semelhante, para tratar das causas dos povos e comunidades tradicionais na região.

Ao longo deste processo de reparação, identificamos como parceiros a Fundação Nacional do Índio (Funai), as Instituições de Justiça (Ministério Público Federal e Defensoria da União), que nos defendem diante da Vale, e a Assessoria Técnica Independente (ATI), que nos apoia tecnicamente no sentido de garantir que tenhamos uma informação qualificada no processo.

O CIMI, a Arquidiocese, a Fundação TETO, UFMG, PUC/Minas, Renser, Associação Israelita, SEDESE, APOINME, APIB, Colégio Santo Agostinho, Amazon Watch, Comitê Mineiro de Apoio à causa Indígena (Comaci), também são nossos parceiros e nos ajudam bastante. O Inhotim é bem pertinho de Naô Xohã, tínhamos a ideia de uma parceria com o Instituto, para realizarmos intervenções culturais e para a venda dos artesanatos indígenas.



Dificuldades e desafios:

Com alguns de nossos parceiros, temos dificuldades em agendar reuniões e muita gente que nos procura realiza um projeto e depois não volta para nos dizer os resultados, por exemplo. É importante que nos seja dado o retorno sobre os projetos, encontros, reuniões e atividades diversas das quais participamos.

2.11 A luta e o acesso - e direito - à Justiça

O acesso ao Poder Judiciário é um direito fundamental e nos garante a possibilidade de reivindicarmos nossos direitos. O rompimento da barragem da Vale, que atingiu profundamente nossa aldeia, deixou claro a importância de um sistema de justiça que seja capaz de nos auxiliar na defesa de nossas terras, saberes, cultura e dignidade.

Constantemente estamos sob ameaças, conforme descrito em todo o PGTA-e, seja pela mineração nos arredores da nossa aldeia, pela vulnerabilidade socioambiental da região ou por outros empreendimentos que podem afetar nossas vidas. É importante garantir que nossos parceiros da Justiça estejam atentos e disponíveis para nos escutar e tomar as providências jurídicas necessárias, quando for necessário, para salvaguardar nosso povo, nossa cultura.



Figura 34. Vice-cacique Sucupira durante a Mobilização Nacional Indígena: Luta pela Vida em Brasília. Agosto de 2021. Crédito: ATI/INSEA

Temos consciência que o simples acesso à justiça não é suficiente e não garante para nosso povo decisões justas, maneiras de conduzir os processos pautadas no respeito da nossa organização sociopolítica e intervenções plurais que nos permitam exercer nossa autonomia. Ao contrário, sabemos que o sistema de justiça pode reproduzir preconceitos, violar e negar nossos direitos e bem-estar.

Queremos que o Poder Judiciário, as Instituições de Justiça e outros órgãos indigenistas estejam abertos ao diálogo intercultural, respeitando a diversidade e cultura do nosso Povo Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe.

É nesse sentido que nós depositamos nossa esperança na decisão do Juízo da 13ª Vara Federal, do dia 17/02/2022, que - em face do transbordamento do Rio Paraopeba, que carreou rejeitos para nossas casas - concedeu parcialmente a tutela de urgência. Nesta decisão, a juíza atendeu ao pedido dos nossos parceiros do MPF e DPU para determinar que a Vale apresente o plano para nossa realocação temporária, bem como que realize o pagamento de auxílio de instalação e manutenção para as famílias que foram duplamente atingidas e afetadas pelas consequências da mineração e serão realocadas.

Sabemos que um processo de realocação gera inúmeras dificuldades e contamos com nossos parceiros neste e em todos os momentos dessa longa caminhada na qual **fomos obrigados a participar**. E este é um dos objetivos do nosso PGTA-e: clamar pelo apoio das instituições públicas e privadas, de movimentos sociais e, em especial, de pessoas parceiras que acreditam e querem que a justiça seja feita para todas e todos nós, atingidos pelo rompimento da barragem da Vale, em 25 de janeiro de 2019.



Figura 35. Crianças Pataxó e Pataxó-hã-hã-hãe. Crédito: ATI/INSEA

3. Referências bibliográficas

BIOENG. Laudo Preliminar Simplificado de Análise das Amostras Coletadas Pós Inundação nos Municípios: Brumadinho, Mario Campos, São Joaquim de Bicas e Juatuba. 2022. 104 p.

BRASIL. Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,do%20patrim%C3%B4nio%20ind%C3%ADgena%2C%20a%20melhoria. Acesso em: 31/03/2022.

BRASIL. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. 13 de setembro de 2007. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 31/03/2022.

BRASIL. Constituição (1992). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 9 de Novembro de 1992. Organização do texto: João da Silva. 5. ed. Rio de Janeiro: cultura, 1995. 200 p.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 31/03/2022.

BRASIL. Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Convenção 169 da OIT. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5051-19-abril-2004-531736-publicacaooriginal-13709-pe.html>. Acesso em: 31/03/2022.

EDUMITE. Que lama é essa? 2022. Disponível em: <https://www.edumite.net/que-lama-e-essa-resultados/resultado-das-amstras-de-agua-coletadas-apos-enchentes-nas-bacias-do-paraopeba-e-velhas-em-janeiro-de-2022>. Acesso em: 01/02/2022.

IGAM. Boletim Informativo ao cidadão: Qualidade das Águas no Rio Paraopeba. nº 32. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC, 1993. 24 p.

OPAN. Jeitos de Fazer: Experiências metodológicas para a elaboração de Planos de Gestão Territorial em Terras Indígenas. Campinas, SP: Curt Nimuendajú. 2012. 30 p.

SOS MATA ATLÂNTICA. Observando os Rios: O retrato da qualidade da água nas bacias dos rios Paraopeba e Alto São Francisco um ano após o rompimento da barragem Córrego do Feijão. Minas Gerais. 2020.